

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

Abigail Codeceira Costa, Adriana Rame Correia Martins Barbosa, Thais Figueiredo de Melo Lucena. Francisco Roberto Coura de Assis.

Universidade Federal da Paraíba, abigailcodeceira@gmail.com; adrianaramemartins@gmail.com; thaisfimelo@gmail.com.

RESUMO

Este artigo visa explicar o processo histórico no qual se desenvolveu a Formação de professores no Brasil. Outro objetivo é fazer uma análise da política educacional atual, dando especial atenção à formação de professores para o ensino fundamental. Para tanto é feita uma retrospectiva do processo histórico de formação de professores tomando como base as leis que fornecem a base para a realização deste processo formativo no Brasil. Esta explanação é seguida de uma análise da atual situação da formação de professores na universidade. Busca-se, por fim, caracterizar como algumas disciplinas estudadas em um semestre letivo podem contribuir positivamente para este processo de formação.

Palavras-Chave: Formação de Professores. Processo Educacional. Leis. Diagnóstico. Análise.

ABSTRACT

This article aims to explain the historical process in which the Teacher's Formation has developed in Brazil. Another purpose is to make an analysis of actual educational policy, giving special attention to the formation of teachers to fundamental school. First of all, it is made a retrospective of the historical process of Teacher's formation taking the Laws that furnishes the basis for realization of this educational process in Brazil. This explanation is followed by an analysis of actual situation of formation of teachers in the University. The article ends with an exposition about the form how some disciplines studied in the university in a specifically semester can be positive collaborate with this process of formation.

Keywords

Teacher's Formation. Educational Process. Laws. Diagnose. Analysis.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi proposto pela disciplina de Seminário temático VII, com o objetivo de trazer uma discussão acerca da Formação de Professore, no contexto histórico, político e teórico. Nesta perspectiva iremos fazer uma reflexão da importância do currículo

oferecido no Curso de Pedagogia, apresentando uma trajetória da formação de professores no âmbito global e nacional.

No âmbito histórico iremos examinar a trajetória do professor no Brasil, mas compreendendo as suas origens em nível mundial, onde surgiu a necessidade de formar professores. Em relação às questões políticas, faremos discussões sobre a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996; pois é neste momento em que se discutem as políticas educacionais; e agora, depois da LDB 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Política Nacional de Formação de Professores se davam por meio do Decreto Presidencial 6.755/2009.

1. A Formação de Professores no Brasil através das Leis

A Formação de professores no Brasil, se deu apenas com a criação da Escola de Primeiras Letras em 1827, através da aprovação da Lei de Escola. Nota-se que a Formação de professores em cursos específico se deu apenas no final do século XIX, com a Escola Normal destinada para formar professores para as primeiras letras.

Nesta sequência, podemos situar que em âmbito global, a preocupação com a Formação de professores se deu, já na época de Comenius no século XVII, sendo que o Seminário dos Mestres, instituído por São João Batista de La Salle em 1684, foi o primeiro estabelecimento a formar professores. Pois nessa época, já havia uma consciência da necessidade de formar professores.

Mas foi somente no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, que começou o processo de valorização da instrução escolar. Foi também nesse período que foram criadas as Escolas Normais. Sua prioridade era formar professores exclusivamente para o exercício do magistério público sob o controle do Estado. Segundo Araujo, o discurso oficial era formar professores com o ideário iluminista e do progresso social.

Ainda nesta perspectiva a França precisava universalizar a instrução elementar, para organização dos sistemas nacionais de ensino. Portanto para Saviani (2009), foi somente a partir daí que se iniciou a diferença entre Escola Normal Superior para a formação de professores de nível secundário e a Escola Normal simplesmente, também chamada de Escola Normal Primária, para preparar professores do ensino primário.

Dessa forma, esse modelo de escola referida foi desenvolvido pela primeira vez em 1794 pela conversão, mas só foi instalada no ano de 1795 em Paris. Em vista disso, os países

como a França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos adotaram o modelo de Escola Normal, ao logo do século XIX. No Brasil, a preocupação com a formação de professores, se deu em 1882 com Rui Barbosa que criticava a educação Imperial, na qual se encontrava principalmente o ensino superior brasileiro.

Rui Barbosa em um parecer de 1882 apresentou a carência de “uma reforma completa dos métodos e dos mestres.” (Ribeiro Junior, 2001, p.29). Por tanto, a abertura e a organização da instrução popular, surgiu com a independência, mas como tudo no Brasil, ficou apenas no papel, pois a coroa alegava falta de recursos (SAVIANI, 2009).

Saviani ao examinar as transformações que ocorreram na sociedade brasileira ao longo dos anos em períodos da história de formação de professores no Brasil, faz um recorte acerca de entendermos o processo como os ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigávamos professores a se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estendeu-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais.

Ainda nesta perspectiva, o estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, teve como anexo a escola-modelo. A organização dos Institutos de Educação (1932-1939) teve como marcos as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

Na sequência, ocorre a organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971). Neste sentido acontece a substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996). Neste seguimento se dá o advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Tendo em conta este processo, Saviani (2009), diz que no final do regime militar, o movimento de mobilização dos professores do Brasil acreditava que os problemas com a formação docente seriam solucionados com a nova LDB (9.394/96). No entanto a LDB não atendeu às expectativas, já que instaurou como alternativa os cursos de pedagogia e de Licenciatura, os Institutos de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada e barata, por meio de cursos de curta duração.

Por conseguinte, tais características foram contempladas nas novas diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, homologadas em abril de 2006. A legislação e as políticas educacionais que regulamentam a formação docente anterior à LDB n. 9.394/96, segundo Gatti e Barreto (2009) informam que somente após 1960, é que se encontra a legislação orientadora da formação de professores no Brasil, com relação à estrutura curricular dos cursos de formação de professores.

Nesse contexto, as Leis n. 4.024/61, 5.540/68, 5.692/71 e 7.044/82 estabeleceram normatizações em nível federal e estadual. O Curso de Pedagogia foi reformulado em 1986, pelo Conselho Federal de Educação, que aprovou o Parecer n. 161, o qual delegou a esses cursos oferecer também a formação para a docência de 1ª a 4ª séries.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica foram instituídas em 2002, com preocupação maior no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos professores. Suas orientações foram direcionadas para os professores que atuarão na educação básica, em diferentes níveis. Indicaram que a formação para o exercício profissional específico deve considerar, de um lado, a formação de competências necessárias à atuação profissional, tendo como foco a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor e, de outro, a pesquisa, com foco no ensino e na aprendizagem, para compreensão do processo de construção do conhecimento.

Postularam ainda que as aprendizagens devam ser orientadas pelo princípio da ação-reflexão-ação, tendo a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas. No artigo 6º, reafirmou a importância da cultura geral e profissional, conhecimento pedagógico e conhecimento advindo da experiência. (BRASIL. MEC/CNE, 2002).

As Diretrizes orientaram, ainda, que a “prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor”, em qualquer especialidade (art. 12), e explicitaram que a flexibilidade é necessária, desde que “cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados” (art. 14).

Ainda apontaram, também, os seis eixos articuladores para a construção da matriz curricular dos cursos de licenciatura, a saber:

1) os diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

- 2) o da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- 3) o da relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- 4) o da formação comum com a formação específica;
- 5) o dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa; 6) o das dimensões teóricas e práticas.

Plano Nacional para Formação de Professores, o plano consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. A ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007.

2. Análise da Situação Atual da Formações de Professores para o Ensino Fundamental

A formação de Professor em uma perspectiva política nos faz refletir de forma crítica as políticas e as práticas do sistema educacional brasileiro. Podemos verificar que as políticas educacionais atuais encontram-se sob as orientações, pelos valores do neoliberalismo, que reafirmam os preceitos de uma sociedade capitalista, excludente e seletiva. A partir desta discussão, observa-se que a política atual de formação do professor reforça a concepção pedagógica voltada para o mercado de trabalho e o avanço para uma proposta de formação, que contemple a concepção civil democrática de educação, passa pela resignificação de sua qualidade.

As fragilidades relativas à qualidade dos cursos de licenciatura de modo geral não podem ser atribuídas apenas às condições recentes de sua expansão. Nos modelos de formação de professores prevalecem arquétipos que remontam aos períodos de fundação dos sistemas de ensino e explicam a permanência de desequilíbrios históricos na composição dos currículos das licenciaturas.

As fragilidades relativas à qualidade dos cursos de licenciatura de modo geral não podem ser atribuídas apenas às condições recentes de sua expansão. Nos modelos de formação de professores prevalecem arquétipos que remontam aos períodos de fundação dos

sistemas de ensino e explicam a permanência de desequilíbrios históricos na composição dos currículos das licenciaturas.

No tocante à Universidade que oferece os cursos de licenciatura e forma professores, para a formação docente realmente de qualidade – aquela que atenda às prementes necessidades, considerando o contexto social, econômico e político do Brasil, muita coisa ainda precisa ser revista. Apesar das muitas reformas educacionais, mantém-se basicamente inalterada a formação excessivamente genérica nos cursos de pedagogia, agravada pelo fato de que eles pretendem preparar ao mesmo tempo professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, especialistas em educação, diretores e supervisores.

Nesta perspectiva, para o exercício profissional docente é necessário acreditar no projeto da educação no contexto societário, acreditar na capacidade do aluno em aprender, possuir repertório profissional (nos seus fundamentos e formas de ação) e possuir e valorizar aspectos da cultura geral. Com essas concepções, nos processos formativos de professores para a educação básica, o eixo visado virá a ser a própria ação pedagógica em suas articulações filosóficas, históricas, sociológicas, antropológicas e psicológicas, articulações estas que fundamentam a ação com reflexão. E não há como deixar de lado o trabalho como fonte de conhecimento.

Se, por um lado, se faz um discurso democrático e includente, defendendo a democratização do acesso à escola; por outro, organizam-se sistemas duais de ensino: uma escola propedêutica para a elite – que garante o acesso dos alunos ao conhecimento científico e, portanto, o alcance dos cursos de graduação mais concorridos e que assegurem maior status social; e uma escola técnico profissionalizante para a maioria que pertence à classe menos favorecidas, com possibilidade de acesso aos cursos de graduação de menor status social, dentre estes, os cursos de Licenciatura, que formam professores.

Os avanços são inegáveis, mas ainda há muitos problemas a resolver. Uma série de ações se faz necessária para aumentar, ao mesmo tempo, a qualidade e a equidade na Educação brasileira, de modo a garantir o direito à Educação igualmente a todos. Entende-se por qualidade não apenas o melhor desempenho e aprendizado dos alunos, mas o processo que cria as condições (capital humano, insumos, monitoramento/avaliação, gestão do sistema e participação social) para o avanço cognitivo, emocional e cidadão dos alunos, em especial os da escola pública.

Num país tão desigual como o Brasil, o tema da equidade é essencial, mas vale frisar que a literatura internacional também destaca essa questão em outros países, incluindo os desenvolvidos, em particular os Estados Unidos (ver, por exemplo, PESKE e HAYCOCK, 2006, e para o caso brasileiro, SIMIELLI, 2015).

O currículo e a estrutura profissional-pedagógica dos cursos de pedagogia e das licenciaturas, a forma como se estruturam, em termos curriculares e pedagógicos, os cursos de pedagogia e as licenciaturas dificulta sobremaneira a formação de um professor mais efetivo para o aprendizado dos alunos do ensino público. Isso se deve, primeiramente, à pequena integração pedagógica entre teoria e prática. Obviamente, é necessário passar aos futuros professores uma visão crítica e embasada cientificamente sobre o processo educacional, mas isso tem, no caso dos saberes pedagógicos, de vir junto com o aprendizado de metodologias de ensino, além das competências e habilidades necessárias para exercer bem o trabalho docente

3. As Contribuições de Disciplinas específicas da graduação para a Formação do Professor da Ensino Fundamental

Fazendo uma análise reflexiva da contribuição das disciplinas do período estudado para a construção da experiência profissional, pode-se verificar que algumas disciplinas estão bem ligadas, no que diz respeito a seus conteúdos, como por exemplo, as disciplinas de Organização e Prática do Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado III. Com a disciplina de Organização e Prática do Ensino Fundamental estuda-se a teoria, como a compreensão dos conceitos de Letramento segundo Magda Soares e o que é leitura segundo Paulo Freire.

As discussões em sala de aula dão aos estudantes da licenciatura subsídios para a compreensão do que seja o conceito de letramento e leitura segundo os teóricos estudados e debatidos em sala de aula. Primeiramente, analisa-se o ato de ler e escrever como sendo um ato social. Nesse aspecto, Soares (1999) afirma que letramento, por ser uma palavra recém-chegada ao vocabulário da educação, terá vários significados, entre eles o de ser a ação de ensinar ao indivíduo a ler e escrever e o de ser uma condição em que um indivíduo ou um grupo social de apropriar-se dos conceitos traduzidos através da leitura.

A partir disso, pode-se afirmar que, no momento em que o indivíduo apropria-se dos conceitos dos conteúdos estudados, acontece uma transformação, como se pode observar no documentário “Meu Amigo Nietzsche”, na ocasião em que o personagem Lucas lê todo o livro que encontrou, começando a dominar os conceitos do autor e aprimorar

significativamente seu vocabulário. Ademais, para Magda, não basta apenas saber ler e escrever tão somente, é preciso saber fazer uso da leitura e da escrita em sua prática social.

Nessa perspectiva, ainda segundo a autora mencionada, o ato de ler e escrever possui uma repercussão social, pois é através da leitura e de sua compreensão que se pode proporcionar a construção de um posicionamento crítico acerca dos fatos. É nesse momento que o indivíduo torna-se letrado, pois ele consegue ler e compreender os conceitos (a teoria). Para Magda Soares “letramento é, pois, o resultado da ação de aprender a ler e escrever, condição que um indivíduo adquire como consequência de ter-se apropriado da leitura” (SOARES, 1999).

Sob outro aspecto, Paulo Freire afirma que o indivíduo, quando chega à escola, pode não saber ler a palavra escrita, mas consegue identificá-la através dos objetos, pois ele já faz uma leitura do mundo em que vive. Para o autor, a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. Tal leitura de mundo se dá quando as crianças ainda não lêem a palavra escrita, mas conseguem identificar, por exemplo, o leite que toma ou o iogurte.

Ainda de acordo com Freire, o ato de ler é um processo que busca, além da percepção crítica, a interpretação e a reescritura do texto lido pelo indivíduo. Esse questionamento nos mostra que, o que antes era transmitido de forma mecânica e autoritária, é admitido como “ato de conhecimento”. Aprender a ler e escrever é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o contexto da palavra não de forma mecanizada e sim vinculada com sua realidade (FREIRE, 1981).

No que diz respeito a letramento e leitura, pode-se observar que, letramento, segundo Magda Soares, acontece quando o indivíduo consegue ler e compreender os conceitos estudados e a teoria. Já de acordo com Paulo Freire, a leitura ocorre quando o indivíduo compreende seu contexto social e começa a querer mudá-lo. Dessa forma, pode-se conceituar letramento como sendo a teoria e leitura na prática. Nesse sentido, compreende-se que a teoria e a prática não são coisas distintas, pois a prática compreende a experiência acumulada de aplicação da teoria.

Por fim, conforme o acima exposto fica evidente a extrema relevância das reflexões acerca do letramento e da leitura pelos autores aqui citados, sendo de suma importância estar inteirado desses conhecimentos para melhor compreender a prática-pedagógica no que se refere ao ensino de leitura e da escrita. Assim sendo, é importante ensinar conteúdos que se

relacionem com as práticas sociais. Portanto, faz-se necessário fazer uma reflexão crítica na prática alfabetizadora, considerando o indivíduo que se quer formar.

Depois da compreensão desses conteúdos, entra a disciplina de Estágio Supervisionado III, que nada mais é que a prática no curso de pedagogia. Como o estágio é direcionado para o ensino em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I, fica mais fácil compreender como ocorre a alfabetização nas series iniciais. Tem-se a oportunidade de colocar em prática esses conceitos, pois se faz necessário compreender que não se separa a teoria da prática.

Em relação às outras disciplinas, pode-se afirmar que o aprendizado foi significativo, pois na disciplina de Ensino de Geografia, com a leitura dos textos pode-se compreender a necessidade de ensinar contextualizando com a realidade do aluno, pois o modelo tradicional, onde se ensinava para decorar e não problematizar os conteúdos está ultrapassado, já que se deve acreditar que o aluno seja sujeito no processo de aprendizagem.

O principal objetivo da Geografia, é que a Geografia pode ser caracterizada como ciências que se preocupa em analisar o espaço resultante das interações entre sociedade e natureza ao longo dos anos, ou seja, o espaço geográfico. Neste sentido podemos dizer que, a escola é o meio de acessar ao conhecimento científico. A disciplina trata também da formação inicial e formação continuada de professores, pois a escola atual precisa formar um aluno reflexivo, crítico e criativo, que são elementos básicos para a construção da cidadania.

No que se refere à disciplina de Ensino de Matemática, nota-se que é de grande proveito, pois a preocupação, no que diz respeito ao ensino dessa disciplina nas séries iniciais, está centrada na correlação entre teoria e a prática. O licenciando em Pedagogia é orientado para que, uma vez que se encontre no exercício de sua atividade profissional, possa usar tudo que aprendeu em sala de aula, levando em conta que a matemática faz parte do dia a dia da vida social. Por isso faz-se importante ensinar às de forma criativa. As oficinas pedagógicas de ensino de matemática realizadas em sala, na perspectiva de construir materiais pedagógicos para ensinar matemática de forma lúdica e divertida, são de grande relevância para o desenvolvimento dessa prática de ensino.

Ainda sobre o Ensino de Matemática, muitas vezes as aulas acontecem no Laboratório de Matemática, o qual é bastante equipado com materiais pedagógicos. No laboratório ensina-se a usar esses materiais, de modo que o estudante de pedagogia possa aprender uma forma de ensinar matemática de modo divertido e significativo. Espera-se que a (o) licenciada (o) em

pedagogia possa vir a fazer uso de todo esse aprendizado, quando estiver atuando como profissional no ensino fundamental, pois os conteúdos devem estar ligados com o cotidiano do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se pelo que ficou dito que a formação de professores passou por um processo longo de amadurecimento. Os decretos e orientações que vieram por fim a nortear a formação de professores se estabelecem sempre no intuito de que tal processo de formação se desenvolva especialmente levando em conta a relação teoria e prática, e preparando o futuro professor para a desafiante realidade que o aguarda. Apesar da recorrente exigência de democratização do ensino, percebe-se que o país ainda se encontra mergulhado em uma enorme desigualdade no acesso à escola, e os sistemas de ensino nem sempre são equivalentes quando se tem em conta de um lado membros da elite e os membros das classes economicamente mais desfavorecidas. Tal situação exige que na formação de professores o exercício profissional docente seja compreendido tomando por base um projeto de educação societária. Acrença na capacidade do aluno em aprender emerge como um fundamento para a prática pedagógica que procure todos os recursos que favoreçam o aprendizado do aluno. Para tanto, torna-se claro, que o currículo dos cursos de licenciatura deve ter como eixo de articulação do saber a própria ação pedagógica em suas articulações filosóficas, históricas, sociológicas, antropológicas e psicológicas, articulações estas que fundamentam a ação com reflexão. Para tanto, torna-se imprescindível que o currículo estabeleça componentes que promovam essa articulação, e instrumentalize o licenciando para que os conteúdos estudados na universidade possam manter uma relação direta com a prática pedagógica que haverá de exercer.

REFERÊNCIAS

<http://porvir.org/desafios-caminhos-para-formacao-de-professores-brasil/>

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p.94-112, jun2011 - ISSN: 1676-2584

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Brasília: MEC, 1996.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. (Coord). Professores do Brasil: impasses e desafios.

Brasília: UNESCO, 2009.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. Rev. Bras. Educ. [online]. 2009. Vol.14, n. 40, pp. 143-155.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p.94-112, jun2011 - ISSN: 1676-2584 107

<http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores>

_____. Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jan. 2009a.